



## **Representações Sociais e Construção Social da Realidade: Teorias para entender o papel do jornalismo na cobertura do Judiciário<sup>1</sup>**

Ericka de Sá Galindo<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

### **Resumo**

O texto traz uma breve explanação acerca da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Construção Social da realidade, com base nos textos dos seus principais autores. Apresentamos, aqui, os conceitos básicos dessas teorias e sua aplicação no estudo de notícias, em conjunto com a identificação dos valores-notícia predominantes na cobertura analisada. Propomos uma metodologia de notícias que está sendo desenvolvida na pesquisa do mestrado sobre a cobertura do julgamento da denúncia do “Mensalão” no Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2007.

### **Palavras-chave**

Representações; Construção; Jornalismo.

### **1. Sociedade Representada**

A visão de mundo de cada um é formada a partir do que se vê e vive a cada dia. Se um grupo de pessoas vive em uma habitação subterrânea em forma de caverna, com apenas uma entrada aberta para a luz, de modo que o que se vê é apenas o reflexo dos objetos que passam perto dessa pequena abertura, essas imagens refletidas são o que elas consideram realidade.

A alegoria da Caverna, conhecido texto que compõe o livro *A República* do filósofo ateniense Platão, pode ser considerada uma eficiente metáfora para que se possa falar de como o jornalismo ajuda a construir imagens e idéias acerca de fatos do cotidiano. É no momento em que uma dessas pessoas tem a chance de sair da caverna e ver o mundo que está do lado de fora é que a realidade de sombras, até então considerada como única, passa a ser questionada.

Na alegoria, Platão pergunta a Glauco, seu interlocutor, o que o ocupante da caverna, quando libertado, diria se alguém do mundo exterior revelasse que o que ele via agora, quando livre, era a realidade. Glauco responde que o libertado teria

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GP de Teoria do Jornalismo, no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: erickagalindo@yahoo.com.br.



dificuldade em aceitar essa nova realidade e buscaria refúgio junto aos objetos para os quais poderia olhar sem estranhamento e julgaria estes como verdadeiros.

Platão pergunta, em seguida, o que aconteceria se o homem fosse libertado à força. Glauco concorda que o homem libertado não conseguiria ver os objetos tidos como verdadeiros no mundo externo, pelo menos em um primeiro momento. Seria necessário um período de adaptação. Platão explica que o homem teria que olhar primeiro para as sombras, depois disso para as imagens dos homens e dos outros objetos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu e o próprio céu, durante a noite<sup>3</sup>.

Tudo o que vemos, lemos ou ouvimos diariamente é o que acaba por se tornar realidade. Acompanhando diariamente as notícias nos mais diversos meios, os consumidores dessa informação vivem momentos de estranhamento, de surpresa, de novidade e, não menos frequentemente, de previsibilidade, de repetição. Mas, assim como outras ações humanas, a produção da notícia é um processo envolvido na subjetividade que segue regras formuladas para garantir um nível aceitável de objetividade<sup>4</sup>.

Gaye Tuchman (1999) define a objetividade jornalística como um ritual estratégico, algo que o jornalista usa como proteção. Os jornalistas “invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1999, p.75). Esse ritual permite que o jornalista esteja protegido de críticas quanto à influência da sua subjetividade no processo de produção da notícia ao utilizar declaração entre aspas e fontes anônimas, por exemplo. Então o que se considera realidade é, na verdade, um conjunto de representações e imagens formadas nas interações sociais, sejam elas midiáticas ou não.

Como defende Roland Barthes (2003), a imprensa está constantemente formando mitos. Por princípio, o mito transforma a história em natureza o que fornece ao jornalismo a possibilidade de apresentar um fato cercado de vários conceitos. Enquanto isso, o leitor percebe tudo como se a imagem provocasse naturalmente o conceito, como se o próprio fato, por si só, criasse seu significado (BARTHES, 2003, p. 151).

---

<sup>3</sup> A edição do texto *A República* usada para este artigo é a da Martin Claret, 2002.

<sup>4</sup> Cf. TUCHMAN, 1999.



Numa livre associação entre a alegoria da Caverna de Platão e a Teoria das Representações Sociais, poder-se-ia perceber que a partir do momento em que conceitos são expostos pelos meios de comunicação eles podem passar a integrar o elenco de definições, moldes e imagens que as pessoas têm sobre os vários aspectos da sociedade. E esses elementos passam a integrar a vida dessas pessoas.

Através de declarações de especialistas ou pessoas socialmente autorizadas a falar sobre determinados assuntos, o jornalismo transmite uma observação de segunda ordem da realidade.

A realidade dos meios de comunicação é uma realidade da observação segundo a ordem. Ela substitui declarações do saber garantidas em outras formações sociais por meio de posições excepcionais de observação: pelos sábios, pelos sacerdotes, pela nobreza, pela cidade, pela religião ou pelas formas de vida que se distinguem pela ética e pela política. (LUHMANN, 2005, p. 141)

Segundo Serge Moscovici, em prefácio ao livro de Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 20), a produção das Representações Sociais “se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais.” Para o autor, o aparecimento de novas formas de comunicação de massa gerou a possibilidade de circulação de idéias e, também, permitiu que grupos cada vez mais amplos pudessem participar da produção psicossocial do conhecimento (MOSCOVICI, 2000, p. 9). Os meios de comunicação de massa, portanto, podem ser -e têm sido- um objeto de investigação para a teoria.

Para Moscovici, as Representações Sociais têm origem na Sociologia e na Antropologia com Durkheim e Lévi-Bruhl. Antes, era chamada de Representação Coletiva, servindo como elemento básico para a elaboração de uma teoria da religião, magia e do pensamento mítico. A teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a do desenvolvimento cultural de Vigotski também contribuíram para a criação da Teoria das Representações Sociais (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 104). O conceito de Representações Sociais foi tratado de forma sistemática pela primeira vez por Moscovici no livro *A Representação Social da Psicanálise*, de 1961. No prólogo da segunda edição, o autor faz a distinção entre os conceitos das Representações Coletivas e Sociais. Segundo ele, Durkheim propôs a expressão representação coletiva para designar a especificidade do pensamento social em relação ao individual.



Moscovici propõe, então, uma delimitação mais rigorosa, conceituando a Representação Social como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por junção a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). As representações sociais possuem uma função construtiva da realidade, sendo, ao mesmo tempo, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado.

Moscovici também define as Representações Sociais sob a perspectiva estática e a dinâmica. Segundo ele, estaticamente, as representações parecem similares a teorias que giram sobre um tema (por exemplo: doenças mentais são contagiosas; você é o que você come), uma série de proposições que permitem que as coisas ou as pessoas sejam classificadas, seu caráter descrito, seus sentimentos e ações analisadas, e etc.

Do ponto de vista dinâmico, as Representações Sociais aparecem como uma rede de idéias, metáforas e imagens, até certo ponto ligadas, e, conseqüentemente, mais móveis e fluidas do que as teorias (MOSCOVICI, 2000, p. 152-153). Assim, cada um tem algo como uma enciclopédia destas idéias, metáforas e imagens agrupadas separadamente, e que são conectadas de acordo com a necessidade.

As Representações Sociais emergem não somente como uma maneira de compreender um objeto em particular, mas também como uma maneira através da qual o sujeito (individualmente ou em grupo) alcança uma medida de definição, uma função de identidade que é uma das maneiras em que as representações expressam o valor simbólico (MOSCOVICI, 2000, P. 11). E isso acontece com na superfície das conversas e interações. O jornalismo contribui para esse processo na medida em que idéias, metáforas, imagens e até mesmo opiniões compõem cada texto ou seqüência de imagens e falas. Os meios de comunicação observam e substituem declarações de saber “garantidas em outras formações sociais por meio de posições excepcionais de observação: pelos sábios, pelos sacerdotes, pela nobreza, pela cidade, pela religião ou pelas formas de vida que se distinguem pela ética e pela política.” (LUHMANN, 2005, p. 141)

As Representações Sociais têm como funções básicas, segundo Moscovici, tornar convencionais os objetos, pessoas e eventos; e de serem prescritivas, impondo-os sobre as pessoas com uma força irresistível (p. 22-23). O objetivo de toda representação é tornar o não-familiar em familiar (p.37). E essa transformação acontece através de dois processos: a ancoragem e a objetivação.



A objetivação é, segundo Moscovici, um processo muito mais ativo que a ancoragem. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou de um ser imprecisos, reproduzindo um conceito em imagem. É através da objetivação que procuramos tornar concreta e visível uma realidade. Já a ancoragem é um procedimento que atrai um fato externo e intrigante para o sistema particular de categorias, comparando este fato ao paradigma de uma categoria que possa ser adequada. Ancorar é, portanto, dar nome e classificar algo. “É um movimento que implica, na maioria das vezes, em juízo de valor, pois, ao ancorarmos, classificamos uma pessoa, idéia ou objeto com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta esta dimensão valorativa” (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 109).

No livro *A Representação Social da Psicanálise*, Moscovici explica esses dois processos usando como sinônimos a naturalização e a classificação.

O primeiro [a objetivação] é um salto no imaginário que transporta os elementos objetivos para o meio cognitivo e prepara para eles uma mudança fundamental de *status* e função. *Naturalizados*, julga-se que o conceito de complexo ou o de inconsistente reproduzem a fisionomia de uma realidade quase física. O caráter intelectual do sistema em que eles participam perde importância; o mesmo ocorre com o aspecto social de sua extensão. O segundo esforço [a ancoragem] é de *classificação*, que coloca e organiza as partes do meio ambiente e, mediante seus cortes, introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, atenuando assim o choque de toda e qualquer nova concepção. Quer seja adaptada aos seres, aos gestos ou aos fenômenos, a classificação responde a uma necessidade fisiológica. Trata-se de cortar o fluxo incessante de estimulações para se conseguir chegar a uma orientação e uma decisão sobre quais os elementos que nos são sensorial ou intelectualmente acessíveis [grifos do autor]. (MOSCOVICI, 1978, p. 113)

A Teoria das Representações Sociais, portanto, trata as representações cotidianas não como meras cópias ou reflexos das coisas. As representações também formam o mundo, mais do que o estimulam. Como exemplo, Moscovici elabora uma situação hipotética em que alguém é perguntado “de que objetos seu mundo é feito?”. Antes de responder, entretanto, deve-se perguntar de volta “de acordo com que representação?”. Isso significaria dizer que representações compartilhadas penetram tão profundamente em todas as pequenas partes do que chamamos de realidade que nós podemos dizer que elas constituem essa realidade<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Esta citação indireta foi retirada do seguinte trecho, em inglês: “When we are asked ‘what objects is your world made of?’ we must in our turn ask ‘within what representation?’ before answering. That is to



A importância da comunicação nos fenômenos representativa acontece em três pontos básicos: (1) a comunicação funciona como um vetor de transmissão da linguagem, sendo ela mesma portadora de representações; (2) a comunicação tem uma incidência sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, uma vez que ela induz processos de interação social, de influência, de consenso, dissenso ou polêmica; e (3) a comunicação funciona na fabricação de representação (ALMEIDA, 2005, p. 45). É nessa perspectiva que propomos a utilização da Teoria das Representações Sociais como um instrumento de construção da realidade, através do jornalismo.

## **2. Construção Social da Realidade**

Tendo como base os trabalhos de Fenomenologia de Alfred Schutz, surge o estudo das notícias como construção social da realidade. O livro *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, de Peter Berger e Thomas Luckmann, traz muito do que Schutz escreveu (CORREIA, 2005, p. 123). No capítulo inicial do livro, Berger e Luckmann dizem ter herdado de Schutz “a noção básica da maneira pela qual a tarefa da sociologia do conhecimento deve ser redefinida”, principalmente nos fundamentos do conhecimento da vida diária (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 31).

Além de Berger e Luckmann, outros autores também ajudaram o “novo paradigma”, totalmente oposto ao à perspectiva das notícias como “distorção” e à teoria do espelho, no estudo do jornalismo: Molotch e Lester, Hall, Tuchmann, etc. (TRAQUINA, 2005, p. 168).

Traquina elenca três razões que justificam a rejeição da teoria do espelho na perspectiva construtivista: é impossível estabelecer uma distinção entre a realidade e os meios de comunicação que devem “refletir” essa realidade, já que as notícias ajudam a construir essa realidade; a linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado dos acontecimentos, já que não existe linguagem neutra; e os meios de comunicação transmitem a sua interpretação dos acontecimentos devido a fatores como pressões organizacionais, limitações orçamentais e a imprevisibilidade dos acontecimentos.

---

say that shared representations, their language, penetrate so profoundly into all the interstices of what we call reality that we can say that they *constitute* it.” (MOSCOVICI, 2000, p. 154)



A inovação no estudo do jornalismo na década de 1970, segundo Traquina, está ligada às inovações metodológicas que contribuíram para a forma de investigação. “Os acadêmicos, seguindo o exemplo dos antropólogos em terras distantes com uma abordagem etnometodológica, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da comunidade jornalística” para entender a atitude do profissional (p. 172).

A Construção Social da Realidade está amparada na Sociologia do Conhecimento, termo criado pelo filósofo Max Scheler na década de 1920 na Alemanha, e que trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge. Os antecedentes intelectuais imediatos da sociologia do conhecimento são três criações do pensamento alemão do século XIX: o marxista, o nietzscheano e o historicista (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 14-16).

De Marx, a Sociologia do Conhecimento herdou as definições de ideologia (idéias que servem de armas para interesses sociais) e falsa consciência (pensamento alienado do ser social real do pensador). De Nietzsche, herdou a aplicação específica daquilo que ele chamava de arte da desconfiança. E a herança historicista da sociologia do conhecimento é o método (p. 19). Berger e Luckmann descrevem a evolução da Sociologia do Conhecimento e o caminho que a teoria percorreu até ser conhecida no mundo todo, passando pelos escritos de Mannheim, Robert Merton, Talcott Parsons, Werner Stark e, finalmente, Schutz.

Schutz desenvolveu as idéias de tipificação e atitude natural, definições amplamente utilizadas nas teorias construtivistas. A primeira refere-se à maneira como ator social na sua vida cotidiana percebe os objetos do mundo. “É a tipificação que permite compreender as formas de ação social intersubjetivamente realizadas. A percepção do que é tido por noticiável implica o recurso a quadros de experiência.” (CORREIA, 2005, p. 130)

As tipificações manifestam-se em situações desde as mais simples (como as seqüências de atividades que fazemos ao acordar: levantar, abrir a janela, abrir a porta e sair do quarto) até outras mais complexas (como associação de conceitos como morosidade e burocracia ao Poder Judiciário Brasileiro).

Já a atitude natural se expressa através de evidências tidas por adquiridas, suspendendo a dúvida acerca do conhecimento do mundo. Assim, as tipificações são a forma que a atitude natural do mundo da vida tem de lidar com a aparição do novo (p. 131-135). Por exemplo, quando surgem casos de processos contra políticos, poder-se-ia





dizer que, naturalmente, nenhum deles será condenado, a julgar pela trajetória de impunidade em relação a políticos brasileiros.

A institucionalização é um fenômeno da vida social que é apresentado em A Construção Social da Realidade e apresenta confluências com as idéias de Schutz. A institucionalização, de acordo com Berger e Luckmann, ocorre quando existe uma tipificação recíproca de ações habituais. Ou seja, “as tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais” (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 79).

Outra idéia que compõe o conjunto de processos promotores da construção social da realidade é a reificação. “A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos.” A reificação pode ser definida como a apreensão das ações humanas como se fossem diferentes de produtos essencialmente humanos. Essas ações reificadas seriam “fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina” (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 123).

### **3. A prática jornalística como objeto de pesquisa**

Dentro do paradigma da Construção Social da Realidade vemos as notícias como um produto construído através de um processo de elaboração e idéias, conceitos e definições sob a influência do escritor (jornalista), o ambiente em que trabalha (a redação) e seus valores. A notícia, portanto, seria o produto final de um processo aparentemente simples, mas com grande significado para a sociedade.

E o que são as notícias? O que as define como tais? Nelson Traquina, ao introduzir o debate sobre o que são as notícias, define o jornalismo como “um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estória’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia” (TRAQUINA, 2005a, p. 21). Para a construção das estórias, ou das notícias, a informação que chega das mais diversas formas à redação, passa por vários processos de seleção e edição.

O primeiro guardião das portas da redação, o primeiro *gatekeeper*, decide se aquele assunto merece ser considerado. O *gatekeeper*, expressão criada por Kurt Lewin, define o responsável por decidir o que vai passar pelos portões (*gates*). White utilizou a metáfora dos portões para estudar porque o editor telegráfico que recebia os textos das agências em um jornal americano decidia selecionar ou rejeitar determinados assuntos.





Como resultado, White apontou: “através do estudo das razões apresentadas para a rejeição de notícias das agências noticiosas, podemos verificar como a comunicação das ‘notícias’ é subjectiva, como tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1999, PP. 142-151).

Nas redações, o jornalista/editor exerce a função de *gatekeeper* levando em conta critérios de noticiabilidade, ou seja, identificando que características fazem com que aquele assunto mereça ser aceito. Mauro Wolf define a noticiabilidade como “o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (WOLF, 2008, p. 202). E os valores-notícia (*news values*) fazem parte dessa noticiabilidade.

Esses valores-notícia são valores partilhados pela coletividade dos jornalistas e, geralmente, não são explicitamente colocados à disposição do jornalista. Traquina (2005b) divide a evolução desses critérios em três épocas distintas: primeiras décadas do século XVII, anos 30-40 do século XIX e anos 70 do século XX.

Traquina propõe uma sistematização dos valores-notícia com base nas idéias de Wolf, que dividiu os valores em dois grupos: os de seleção e os de construção. Os de seleção são subdivididos em: a) critérios substantivos: avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia; b) critérios contextuais: dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Já os de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78).

Os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção estão assim elencados: (1) a morte; (2) notoriedade do ator principal; (3) proximidade; (4) relevância; (5) novidade; (6) tempo: atualidade; news pegs; e permanência; (7) notabilidade (ex: notícia é se o homem morde o co, e não o cão morde o homem; amparo na natureza consensual da sociedade.); (8) inesperado; (9) conflito ou controvérsia; (10) infração; (11) escândalo.

Através da análise de conteúdo das notícias do nosso objeto de pesquisa, em conjunto com a análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os jornalistas e editores que participaram da cobertura entendemos que é possível identificar os mecanismos usados no texto que aparecem como construção de valores, idéias e conceitos sobre o Judiciário Brasileiro.



Essas teorias podem servir de base para análise da imprensa nas coberturas diárias. Já na década de 1980, um estudo de Gaye Tuchman apresentou resultados de uma observação participante. Ela investigou “como os jornalistas decidem o que é notícia, o porquê deles se ocuparem de uns itens e não de outros e como decidem o que as pessoas devem conhecer (PEREIRA JR., 2001, p. 66).

Durante três anos seguidos (1966, 1977 e 1978), Tuchman observou a produção de notícias nos seguintes veículos: uma estação de TV em Seaboard City e o jornal Seaboard City Daily. Em 1975, ela acompanhou jornalistas de Nova York que cobriam movimentos femininos e visitou a sala de imprensa da prefeitura de Nova York (TUCHMANN, 1980, p. 9-10).

Usando a perspectiva de Schutz de notícias como realidade construída, a autora se apropria do conceito de atitude natural, afirmando que qualquer que sejam os conteúdos culturais, pessoais e estruturais da vida de alguém, cada um passa por processos similares quando lidam com a realidade social (p. 186).

O uso que o jornalista faz de símbolos torna desnecessária a interpretação. “Os símbolos, portanto, protegem os repórteres de terem que apresentarem eles mesmos como envolvidos na notícia. E o uso de símbolos fortalece a distinção entre os produtores de notícias legítimos e as pessoas comuns<sup>6</sup>” (p. 122-123).

Mas para compreender como o jornalismo constrói a realidade é preciso ir além da simples leitura e análise dos textos isoladamente. É essencial considerar a interação constante e reflexiva entre os diversos planos da experiência social. Com isso, segundo Mauro Wolf (1994), é possível

evitar que la atribución a los media de la capacidad de construir definiciones de realidad se transforme en la anulación de esta dinámica relacional. En otros términos, hablando de los media como constructores de realidad, no se tiene que considerar sólo el aspecto relativo a la institucionalización de las representaciones sociales de los contextos de significado más amplios que enmarcan el plano de la experiencia en el ámbito de la vida cotidiana, pero en este proceso no actúan aisladamente. (WOLF, 1994, p. 115)

O pesquisador há de buscar uma confluência de métodos para enriquecer a análise, já que a complexidade do papel do jornalismo na construção da realidade não está centrada, unicamente, nem no público nem nas notícias (WOLF, 1994, p. 119).

---

<sup>6</sup> Tradução livre do original: “The symbols thus ‘protect’ reporters from presenting themselves as being involved in the story. And the use of symbols strengthens the distinction between legitimated newsmakers and ‘just plain folks’.” (p. 122-123)



Em *A Representação Social da Psicanálise*, Moscovici inovou teórica e metodologicamente. “O estudo de Moscovici sobre as representações sociais da psicanálise foi uma contribuição para a sociologia do conhecimento. Ele estava interessado em observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento, das opiniões e das atitudes das pessoas, com respeito à psicanálise e aos psicanalistas.” (FARR, 1995, p.45-46) Para a elaboração da pesquisa, Moscovici misturou métodos convencionais de pesquisa (entrevistas, questionários, pesquisa de opinião) com análise de conteúdo dos textos dos jornais.

É através de sua atividade e relação com os outros que as representações têm origem, permitindo mediação entre o sujeito e o mundo que ele, simultaneamente, descobre e constrói. “De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos – pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 78).

As representações sociais, enquanto formas de conhecimento,

são estruturas cognitivo-afetivas e, desta monta, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo. Precisam ser entendidas, assim, a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. Tal posicionamento implica na elucidação de dois aspectos que lhe são centrais: a teoria de conhecimento que lhe é subjacente e os determinantes de sua elaboração. (SPINK, 2003, p. 18)

#### **4. Análise da cobertura do Judiciário**

Quando os meios de comunicação começaram a fazer da Justiça e dos seus magistrados assunto constante de seus textos, foram feitas pesquisas de opinião. Os veículos descobriram “um público muito interessado, consumidor voraz de notícias com informação sobre processos e partes, entremeadas de denúncias sobre corrupção, excessivos gastos, nepotismo, todas (as denúncias) de pouco cunho técnico” (MACCALÓZ, 2002, p. 11). No início dos anos 90, reportagens sobre o Judiciário passaram a ser diárias, sendo a maior parte delas sobre casos em julgamento (p. 28).

Nos últimos anos, o sistema judiciário brasileiro tem sido alvo de denúncias de tráfico de influência e venda de decisões judiciais. E, naturalmente, o jornalismo tem desempenhado um papel importante no processo de tornar públicos tais acontecimentos. Um recente “escândalo” envolvendo o judiciário foi uma operação deflagrada pela Polícia Federal em 2007. A “Operação Furacão”, como foi chamada pela PF, teve entre



os investigados o ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Medina, além do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio, desembargador José Eduardo Carreira Alvim.

Meses depois, surgem as conversas entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o julgamento da denúncia de envolvidos no escândalo do “mensalão” e as declarações do ministro Lewandowski sobre a pressão da mídia na decisão dos juristas. O ano de 2007 foi, portanto, um ano de muitas atenções voltadas para os tribunais do país.

Não há como não pensar que a Justiça foi feita “com vistas à punição dos estratos sociais economicamente desfavorecidos, abrindo para os abastados mil e uma portas de saída.” Uma verdadeira “cultura da impunidade” está enraizada no centro da sociedade (SODRÉ, 2007). Esse é, certamente, o sentimento que muitos leitores desenvolvem a partir do que chega até eles através dos veículos impressos.

Em agosto de 2007, as atenções do jornalismo brasileiro estavam concentradas no Supremo Tribunal Federal. Um órgão que na cobertura do dia-a-dia aparece pouco, ganhou espaço nos mais diversos veículos durante o que foi descrito pela imprensa como “o maior julgamento da história”. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, levou, em 2006, ao STF a denúncia do “mensalão”, uma suposta rede de pagamento de propina (apelidada de mesada, daí o nome “mensalão”) a deputados da base aliada em troca de apoio político ao governo. O número de denunciados chegava a quarenta, entre eles o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno e o publicitário Marcos Valério Fernandes.

O relator do caso, escolhido por sorteio eletrônico, foi o ministro Joaquim Barbosa. O STF inicialmente reservou três sessões para o julgamento, entre os dias 22 e 24 de agosto, mas a análise do caso ocupou mais um dia (27/08). Ao final da análise e voto dos ministros, todos os 40 denunciados passaram a ser réus.

Para a nossa pesquisa, acompanhamos a cobertura da os jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Seleção dos jornais para a formação do corpus aconteceu, primeiro, em função da circulação desses jornais<sup>7</sup> e, segundo, devido a dois acontecimentos envolvendo esses periódicos. Durante o julgamento, O Globo publicou mensagens

---

<sup>7</sup> Entre os maiores jornais em circulação paga, a Folha aparece em primeiro lugar com uma média de 311.287 exemplares diários. O Globo aparece em quarto lugar, atrás do Super Notícia (Sempre Editora S/A) e do Extra (Infoglobo Comunicações). O Globo tem circulação média diária de 281.407 exemplares. Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, entretanto, são os dois periódicos, entre os quatro, que têm o maior número de características em comum: enfoque nos cadernos de Brasil, sucursais permanentes em Brasília e repórteres especiais cobrindo o STF. Os dados são do Instituto Verificador de Circulação, 2008.



trocadas entre dois ministros (Carmen Lúcia e Ricardo Lewndowski). Essas mensagens indicariam que alguns integrantes da corte estariam combinando votos antecipadamente. Já a Folha de S. Paulo publicou trechos de uma conversa telefônica ouvida por uma repórter e colunista do jornal, em um restaurante de Brasília, em que o ministro Ricardo Lewandowski dizia que o Supremo havia votado “com a faca no pescoço” e que “a tendência era amaciar para o Dirceu”.

Propomos, inicialmente, a identificação dos valores-notícia predominantes nos textos. Em seguida, a sistematização da ocorrência dos instrumentos de construção da realidade elencados pelas Teorias das Representações Sociais e da Construção Social da Realidade (como tipificações, objetivações, ancoragem, reificação). Em seguida, passaremos ao estudo das entrevistas semi-estruturadas já realizadas como os jornalistas e editores que participaram da cobertura para identificar, nas respostas, a origem desses instrumentos.

A proposta da pesquisa é utilizar a Análise de Conteúdo que, segundo definição de Heloiza Herscovitz, é um método que tem o objetivo de “fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação” (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127). Ainda segundo Herscovitz, melhores resultados serão alcançados com o emprego simultâneo da análise quantitativa e a qualitativa.

## Referências

ALMEIDA, Geraldo José de. As Representações Sociais, o Imaginário e a Construção Social da realidade. In: SANTOS, Maria de Fátima Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Ed. Universitária, 2005.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.

DUVEEN, Gerard; GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.



FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho A., JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço público e Representações sociais. In: **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005.

MACCALOZ, Salete Maria. **Poder Judiciário, os Meios de Comunicação e a Opinião pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Social Representations: Explorations in Social Psychology**. Cambridge: Polity Press, 2000.

OLIVEIRA, Fátima O. de; WERBA, Graziela C. **Representações Sociais**. In: Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2002.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

SODRÉ, Muniz. **O velho tempo da Justiça**. Caderno da Cidadania, Observatório da Imprensa. publicado em 3/07/2007. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=440CID001>

SPINK, Mary Jane. Desvendando as Teorias Implícitas: Uma metodologia de Análise das Representações Sociais. In: DUVEEN, Gerard; GUARESCHI, Pedrinho A.,; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. v.1. Florianópolis: Insular. 2005a.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. v.2. Florianópolis: Insular. 2005b.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999.

\_\_\_\_\_, Gaye. **Making News**. Nova York: The Free Press, 1980.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999.

WOLF, Mauro. **Los efectos sociales de los media**. Barcelona: Paidós, 1994.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Comunicação de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.